



GT 78. Saberes, ciências e tecnologias insubmissas: o conhecimento que se produz nas margens

Coordenador(es):

Graciela Froehlich (UNB - Universidade de Brasília)

Rogério Lopes Azize (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Engajamentos insubmissos

Debatedor/a: Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2 - Corpos e tecnologias em disputas

Debatedor/a: Marcos Castro Carvalho (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 3 - Desencontros e tensões entre práticas hegemônicas e contra-hegemônicas

Debatedor/a: Rafael Antunes Almeida (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

Com inspiração no tema da 32ª RBA, o GT visa reunir pesquisas interessadas em um certo tipo de insubmissão: a dos saberes, ciências e tecnologias produzidas nas margens da hegemonia, por vezes em situações de embate e resistência. São temas de interesse mais evidente etnografias sobre os conhecimentos emergentes que mirem a Ciência hegemônica desde uma perspectiva crítica; os estudos que relacionem os processos de produção científica e tecnológica a pressupostos e efeitos racistas, misóginos, capacitistas e heteronormativos; as ciências que se produzem em espaços e por sujeitos ditos “leigos” ou não autorizados, por vezes em tensão com marcos regulatórios; apreciações críticas de pressupostos teóricos, epistemológicos e metodológicos dos estudos sociais e da antropologia da ciência e da tecnologia; bem como as miradas analíticas que (re)pensem tais propostas a partir dos contextos de crimes/desastres socioambientais e do Antropoceno. Vamos acolher etnografias e ensaios de natureza teórica que, ao se voltarem para a antropologia da ciência e da tecnologia, fomentem diálogos entre a antropologia simétrica e as antropologias pós e decoloniais. A despeito da recusa de Bruno Latour e de outros proponentes da ANT de uma linguagem metasociológica e de apontamentos quanto à incompatibilidade de perspectivas, interessa-nos acompanhar Anderson (2009), Harding (1998; 2008) e Benjamin (2016) em seu esforço de pensar possíveis pontes entre as duas tradições de pensamento e pesquisa.

Indigenismo missionário e o censo indígena no Brasil

Autoria: Elena Monteiro Welper (Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz)

Resumo Em 1979 alguns jornais anunciavam que o IBGE incluiria o recenseamento dos índios que viviam em aldeias no Censo Demográfico Nacional do ano seguinte. Antecipando-se aos resultados deste levantamento, em outubro de 1980, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apresentou o seu próprio recenseamento da população indígena do Brasil. A divulgação desses dados (227 mil índios, contando com ?arredios e destribalizados?) tinha, conforme a narrativa da entidade, o objetivo de alertar para o fato que o work realizado pelo governo, embora incluísse um questionário de 70 perguntas, não seguia ?nenhum critério específico? para capturar a ?situação real? desses povos, e que isso poderia ?mascarar a realidade?. Para a entidade missionária, saber ?quantos morreram, quantos tem terras, quantos vivem em áreas sem demarcação?, seriam dados importantes que não estariam sendo quantificados pelos formulários do órgão governamental. Desde a sua criação em 1972, como órgão oficioso? da CNBB, o Cimi teve uma grande



preocupação com o levantamento da população indígena. Em meados de 1974 iniciou um levantamento da situação dos índios do Brasil com o objetivo de trazer exatidão aos dados, apurando sobre a situação sanitária, educacional, cultural e econômica da população indígena. Naquele momento formativo, entretanto, este levantamento demográfico e sócio cultural - que partia de dados já levantados pelas missões e pretendia ser o mais completo já realizado no país - previa um número menor do que a estimativa da FUNAI (120 ao invés de 180 mil). Em 1978, após uma série de coletas regionais e de significativas mudanças na direção do Cimi, este levantamento foi concluído registrando a existência de uma população indígena de 227 mil pessoas, um número muito maior do que era apontado pelos dados oficiais, que orbitavam entre os 90-180 mil. Neste contexto da virada da década de 1970 para 1980, o Cimi se constituiu como uma das primeiras fontes de dados para as populações indígenas do Brasil, sendo como tal referenciado no 3º. Encontro da ABEP em 1982, o primeiro evento desta associação a incluir uma sessão temática sobre demografia indígena. Entendendo essa iniciativa não apenas como base para a definição das ações da própria entidade, mas sobretudo, como um referencial para a causa indígena, o presente work pretende explorar como essas contagens aconteceram, como foram divulgadas e assim entender como esse processo de coleta de dados produzido pelo indigenismo missionário, em contexto marginal e de oposição a política integracionista do regime militar, articulou um elemento de resistência pós colonial à produção de dados demográficos pelo Estado-Nação.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: